

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE JUNDIAÍ - SP

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Jundiaí/SP, realizada no dia 16 de Setembro de 2013, às 17h 45 min, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEMADS, localizada na Rua Senador Fonseca, nº. 605 - Centro, nesta Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, com a participação dos Conselheiros, que assinaram o livro de presença de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, às fls. 66 verso e 67 frente. Justificaram a ausência as conselheiras Maria Aparecida Carlos (Titular) e Elza Pereira de Lima (Suplente). A Vice Presidente Joana de Cássia Prudêncio, abriu a sessão após a segunda chamada com uma saudação a todos, procedeu à leitura da ordem do dia **01- Informes Gerais, 02 –Acolhimento Institucional para Idosos, 03 – Proteção Básica Complementar Assistenciais /Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos, 04 –Informações da SEMADS sobre Monitoramento e Avaliação:** Após a leitura da pauta, a Vice Presidente Joana de Cássia Prudêncio iniciou a reunião com o item 1 da pauta: **01 - Informes Gerais**, informou que a Presidente Maria Aparecida Carlos não estava presente em razão de compromissos no seu local de trabalho, aproveitou também a ocasião para informar que a Comissão de Políticas e Programas encaminhou para a SEMADS o estudo inicial que realizou para as adequações necessárias da Lei de Criação do Conselho de Assistência visando adequar a legislação municipal as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social, o objetivo é que no início de 2014 haja recomposição do conselho a partir das novas diretrizes a Sra. Secretária Marilena Perdiz Negro comunica que na Imprensa Oficial do dia 16 de Setembro de 2013 saiu a nomeação de substituição dos novos conselheiros, a seguir fez a apresentação dos novos conselheiros: SEMADS, Marilena Perdiz Negro (titular) no lugar de Roselaine Timóteo Mamede , Roselaine Timóteo Mamede (suplente) no lugar de Márcia Roseli Henrique, Sandra Ap. Lopes Camargo Borin (suplente) no lugar de Sonia Maria Ferraz; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Marco Antonio Simões Vieira (titular) no lugar de Renata Cristina de Oliveira Longui, ele está na SEMADS mas é cedido pela educação e o Sr. Secretário achou pertinente ele representar a Secretaria da Educação, Renata Cristina de Oliveira Longui (suplente) no lugar de Karen Elaine da Silva; SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS; Simone de Andrade Pliher (titular) no lugar de Alberto Shinji Higa, Alberto Shinji Higa (suplente) no lugar de Elizabete Zambon; FUNSS, Rejane Mendes Gomes (titular) no lugar de Cleide de Lima da Silva, o objetivo é a recomposição do setor público do governo, informa ainda que há necessidade de recompor algumas comissões, lembrou que o Conselho não tem mesa diretora e que é necessário compô-la, a conselheira Joana de Cássia Prudêncio coloca que na verdade a Comissão de Políticas e Programas acaba fazendo este papel, complementando a Sra. Secretária e conselheira Marilena Perdiz Negro coloca que hoje o CMAS não está paritário e que há segmentos que não estão representados, e que precisamos independentemente da alteração da lei, recompor o conselho, dando seqüência a reunião a conselheira Joana de Cássia Prudêncio inverteu a pauta, iniciando pelo item , **03 – Proteção Básica Complementar Assistenciais /Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos**, A conselheira Roselaine Timóteo de Mamede, comentou que a comissão de Políticas e Programas do conselho solicitou que a SEMADS reformulasse os convênios com a rede socioassistencial, pois há uma prática na Secretaria de fazer a contratação de serviços a partir da solicitação das entidades, **conforme o serviço que é apresentado ia sendo contratado, então não há consenso entre a necessidade de serviços da política de Assistência Social e a instituição que mantém o convênio que nem sempre é satisfatório nem pra entidade e nem para a Secretaria, não havia planejamento estratégico que contemplasse a necessidade do serviço para o público da Assistência Social em territórios de vulnerabilidade que a partir do edital de chamamento público vai contemplar essas necessidade.** Em Junho tivemos uma reunião onde foi feito o Aceite de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para

Crianças e Adolescente e também para Idosos acima de 60 anos, são dois grupos, dentro do grupo da Criança e Adolescente são divididos por faixas etárias, de 0 a 6, 6 a 12, 12 a 15 e de 15 a 17 anos. Há possibilidades também de serem Inter geracionais que são crianças, adolescente e idosos juntos, esse serviço era classificado como “contra turno” escolar, que é um serviço que nós já temos alguns contratados, por exemplo, a CÂRITAS no bairro Novo Horizonte, não estava classificado como serviço de convivência, agora é tipificado como serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, então estamos fazendo o reordenamento do serviço, por isso fizemos este aceite e a nossa intenção é fazer uma chamada pública para todas as entidades assistenciais que queiram prestar esse tipo de serviço, que será complementar ao serviço dos CRAS, mesmo nas regiões onde houver CRAS, se houver entidade que queira se candidatar poderão apresentar a sua proposta, a conselheira Marilena Perdiz Negro coloca que algumas entidades já fizeram propostas, mas por enquanto nenhuma tem o formato que estão precisando para este tipo de serviço, a conselheira Roselaine Timóteo de Mamede diz que já tem proposta de serviços mas não nesse formato, o público necessário, faixa etária, não está alinhada a política, a conselheira Marilena Perdiz Negro explica que as entidades na realidade tem que priorizar o público neste nível (faixa etária), a seguir o Sr. Denílson Ricardo André apresenta slides onde apresenta os territórios vulneráveis, frisa que a informações atualmente vem do cadastro único, relata como é feito atualmente o monitoramento dos bairros dentro de cada território e como aperfeiçoar cada vez mais essas ações estatísticas através do trabalho de busca ativa, coloca que a busca ativa é fundamental neste caso e aponta também a necessidade da revisão das leis, comenta sobre a proteção básica e fortalecimento de vínculos, falando sobre a fiscalização e monitoramento das entidades já existentes e cadastramento de novas entidades que prestarão serviços à Prefeitura Municipal trabalhando em contra turnos, cuidando de crianças e adolescentes em vulnerabilidade, mesmo nas regiões que já existem CRAS, desde que tais instituições se alinhem às exigências feitas pela Prefeitura Municipal, comenta ainda que se houver algum questionamento sobre quais bairros são prioritários o indicador é o Cadastro Único, ele demonstra quais são os bairros ou territórios que demandam mais atenção, e é esta indicação que justifica o surgimento de novos CRAS na cidade, podemos perceber pelos números que os bairros de Iboturucaia e Jundiá Mirim são bairros que deverão ser repensado, o bairro do São Camilo por si só, já demanda um CRAS sem ter necessidade de outros bairros alinhados a ele, a conselheira Maria Rosângela Moretti questiona se não comporta um CRAS nos bairros da Vila Maringá e Vila Comercial, o Sr. Denílson Ricardo coloca que por conta dos indicadores, hoje não justifica a implantação de um CRAS na região, para finalizar a conselheira Roselaine Timóteo de Mamede coloca que estão fazendo um esboço do edital, mas que este ano ainda estarão publicando para colocar em prática no ano de 2014, essas informações a cerca deste serviço está no manual do MDS que irei solicitar a Secretaria Executiva para encaminhar por email e caso alguém queira dar sugestões a respeito do edital, estas serão aceitas, agora só falta complementar e enviar para o setor Jurídico, hoje viemos aqui apenas para esclarecer e publicizar essas condições para as entidades irem pensando, não tem deliberação, pois o conselho já deliberou o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, dando prosseguimento na reunião pautou o item **02 –Acolhimento Institucional para Idosos**, a conselheira Joana de Cássia Prudêncio diz que este item demanda a deliberação do conselho, para o aditamento do convenio com a Cidade Vicentina e o reordenamento do serviço institucional para idoso a partir de novo contrato com as instituições privadas e entidades assistências. Em relação ao aditamento no mês de Julho/2013 tivemos a necessidade de aditar 01 (uma) vaga na Cidade Vicentina devido a necessidade de internação emergencial de um idoso, dessa forma hoje a entidade está acolhendo desde julho/13, 11 (onze) idosos, sendo que seu contrato é para atendimento de 10 (dez) idosos, assim há necessidade de regularizar a situação contratual com a entidade, ressalta que o aditamento será retroativo. Em seguida através da projeção de slides (anexo) explicou a necessidade de fazer um Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, pois há necessidade de ampliar as vagas e

repactuar as vagas existentes nas entidades particulares, priorizando o convênio com entidades filantrópicas, hoje a Assistência Social mantêm 56 (cinquenta e seis) idosos acolhidos, embora tenhamos 54 vagas contratadas, quando assumimos a gestão, apuramos que há casos em que as família arcam com 50% dos custos da internação e a Secretaria de Assistência Social com os outros 50%, entendemos que esta situação é irregular, pois a assistência se pauta pela gratuidade do serviço, já conseguimos regularizar a situação de alguns idosos que estavam nessa situação, mas há necessidade de regularizarmos todas as situações, através desta chamada pública pretendemos regularizar as 02 últimas pessoas que estão nessa situação, hoje temos 54 vagas e o objetivo com a chamada pública é ampliarmos o número de vagas para 60 (sessenta). A entidade Lar Nossa Senhora das Graças hoje tem 12 (doze) vagas conveniadas e havendo a disponibilidade de conveniar mais 13 vagas com o município, assim passaremos a manter um convênio com 25 vagas no Lar Nossa Senhora das Graças e continuar com as 11 vagas que temos na Cidade Vicentina, passando então para 36 vagas em rede filantrópicas e ficar com 24 vagas na rede privada, pretende-se ampliar ainda mais o convênio na rede filantrópica, a partir da disponibilidade de vagas dessas entidades. Ainda pretendemos ampliar o número de vagas no Centro Dia fazendo e realizar convênio para Atendimento Domiciliar, a ideia é ter realmente o Serviço de Acolhimento Institucional como o último recurso, pretende-se que essas 60 vagas sejam a partir da ampliação do centro dia e da implantação de novos serviços para idosos, a conselheira Leila Miguel coloca que seria interessante a Secretaria da Saúde ter uma parceria com a SEMADS e pensar em fazer repúblicas, casa de acolhimento, a demanda é muito grande, o número de idosos está aumentando, a população esta envelhecendo e cada vez mais os problemas de acolhimento aumentando, estamos com sérios problemas atuais, logo, não teremos entidade suficiente para dar conta, temos que tentar solucionar os problemas e de alguma forma separar por grau de dependência, a ouvinte Carolina Vitti coloca que tem que avaliar o grau de dependência, a conselheira Marilena Perdigão Negro comenta que precisamos estabelecer métodos de avaliação, criar espaço de convivência, fazer atendimento domiciliar, as vagas tem que circular, a nossa dificuldade é que as entidades tem sua capacidade limite e não tem aonde internar, não pode ter fila de internação para idoso, não tem como deixar um idoso na fila, é um absurdo internar por que o Ministério Público demandou, argumenta que quem chega na porta do Ministério Público são as pessoas que tem informações, são pessoas bem esclarecidas, e o fato é que acabamos não atendendo a população que realmente necessita, a população de região mais vulnerável, precisamos fazer a fila da Assistência Social movimentar quando chegar no grau 03, temos que dar contribuições em relação a risco social e ajudar cada vez mais a construir um diagnóstico junto com a Secretaria da Saúde e estabelecer este parâmetro, precisamos qualificar o diagnóstico e praticar a regra da política pública, definir ou vai migrar para a Secretaria da Saúde ou terá vaga na rede privada, é preciso rever quem está sendo atendido, a conselheira Roselaine Timóteo de Mamede comenta que quando um idoso adocece e chega no grau 3, fica difícil levá-lo no médico, a família muitas vezes tem dificuldade para transportar o idoso, por isso a importância do atendimento domiciliar, a conselheira Joana de Cássia Prudêncio coloca que complementando a fala da Marilena Negro, explica que estão fazendo algumas reuniões para analisar algumas situações que chegam em relação a institucionalização da questão do idoso, estamos amadurecendo e já até pontuamos algumas questões para poder aprofundar e chegar num termo e apresentar no conselho para mostrar como irá acontecer esse acolhimento e a integração entre a Secretaria da Saúde e a SEMADS em relação ao acolhimento, a ideia é fazer a chamada pública para 25 vagas da rede privada e aumentar em mais 13 vagas na rede filantrópica, a conselheira Célia Pace questiona se o Fundo terá dinheiro para isso, a conselheira Joana de Cássia Prudêncio esclarece que como diminuiremos a contratação com a rede privada, será possível sim realizar essa ampliação com a rede filantrópica, a conselheira Laiza Evelin Costa Bissoli comenta que Jundiaí esta a frente de muitos municípios e que o "Lar Nossa Senhora das Graças não atende demanda espontânea, possibilitando assim, ofertar as vagas para o Município, comenta ainda que o triste é ver como

o Jornal distorce as informações, finalizando a conselheira Joana de Cássia Prudêncio, pergunta se todos os conselheiros estão suficientemente esclarecidos para votar, não havendo manifestação em contrário, inicia a votação, perguntando primeiramente se os senhores conselheiros são a favor do aditamento de 01 vaga da Cidade Vicentina? Todos os conselheiros presentes deliberaram a favor, após pergunta sobre a realização de chamada pública para 25 vagas na rede privada e o novo convênio com o Lar Nossa Senhora das Graças para mais 13 vagas, totalizando 25 vagas, sendo, tanto o aditamento como a chamada pública para a rede privada aprovado por unanimidade, após deu início ao último item: **04 –Informações da SEMADS sobre Monitoramento e Avaliação:** O Sr. Denílson comentou que existem 12 entidades que estão sendo visitadas, ou seja 80 % das entidades que tem convênios, o objetivo da visita é realizar um diagnóstico e passar para a comissão de Políticas e Programas , dentre estas 12 entidades, 05 são visitadas mais de uma vez, a conselheira Marilena Negro explicou que são feitos os diagnósticos e orientações aos gestores dessas entidades e o produto dessas visitas ficam à disposição dos diretores da Secretaria e dos gestores de cada entidade visitada, após a Conselheira Ana Lúcia Bonelli Carolla coloca sobre o pedido que a comissão de registro fez a cerca da presença da Técnica Fátima Ap. Massucatto na visita da entidade Associação Bom Pastor, onde a conselheira e Secretária Marilena Perdiz Negro coloca que não vê a necessidade da presença da Técnica , uma vez que o conselho é autônomo e cabe ao conselho realizar visita, a conselheira Maria Rosângela Moretti lembrou que foi um compromisso assumido na reunião do conselho do dia 19 de Agosto de 2013, devido a necessidade de aprofundar a análise diante dos documentos apresentados, visto que a entidade poderia perder o registro, a conselheira e Secretária Marilena Perdiz Negro coloca que a comissão de registro deveria fazer um planejamento de visitas, sem contar com a presença do setor técnico. Nada havendo mais a tratar, a Senhora Vice - presidente declarou encerrada a presente reunião convidando a todos para a próxima reunião que será realizada no dia 07 de Outubro de 2013, aqui na SEMADS, rua Senador Fonseca nº 605, Jundiaí. Eu, Claudia Regina Martins de Oliveira , secretária “ad hoc” _____ lavrei a presente ata, que, depois de aprovada pela Assembleia, segue para assinatura do presidente

Maria Aparecida Carlos
Presidente do CMAS - Jundiaí

